

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: STJ analisa inclusão da União em arbitragem da Petrobras	2
Título: Investidor embolsa ganho atento à Previdência	3
Título: STJ libera dividendos de R\$ 2,67 bilhões da Braskem	5
Título: Provento pode ser pago com rapidez pela petroquímica.....	7
Título: Cotação do petróleo fecha no menor valor desde janeiro	8
Título: Destaques	10
Título: BBCE quer ampliar tipos de derivativos de energia.....	10
Título: Wall Street recua com baixa de ações de bancos e energia.....	11
Título: Chinesa negocia usina com Odebrecht.....	13
Título: Siemens Gamesa inaugura bateria	14
Título: Trump ameaça sanção a gasoduto russo-alemão	15
Título: Eletrobras perde no STJ disputa sobre correção de empréstimo compulsório.....	16
Título: O retorno do mercado de carbono	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Petrobrás altera de novo política de preços.....	21
Título: STJ libera R\$ 2,6 bi de dividendos da Braskem	23
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: Petrobras faz nova alteração na política de preços.....	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/06/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Joice Bacelo | De Brasília****Título: STJ analisa inclusão da União em arbitragem da Petrobras**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar ontem uma ação que discute se um tribunal arbitral tem competência para incluir a União em uma arbitragem em que acionistas da Petrobras pedem ressarcimento por prejuízos decorrentes da Operação Lava-Jato. Esse caso envolve mais de cem investidores estrangeiros, que buscam cerca de R\$ 2 bilhões.

Por enquanto há somente o voto da relatora, a ministra Nancy Andrighi. Para ela, cabe à arbitragem e não ao Judiciário tratar do assunto. O julgamento, que ocorre na 2ª Seção, foi suspenso por um pedido de vista, logo após o voto da relatora, do ministro Luis Felipe Salomão.

Já há decisão proferida na arbitragem, do mês de abril, para que a União seja incluída como parte da disputa. O caso tramita na Câmara de Arbitragem do Mercado da BMF&Bovespa.

Esse assunto chegou ao STJ porque a União, quando citada, recorreu ao Judiciário e obteve liminar na primeira e segunda instâncias da Justiça Federal em São Paulo para ficar fora do processo. Essas decisões, no entanto, já haviam sido derrubadas pela relatora, a ministra Nancy Andrighi, em maio do ano passado.

No julgamento de ontem (CC 151130) ela reafirmou o entendimento de que "não há qualquer óbice para que a administração pública trate na arbitragem questões de direito disponível". Ela citou precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu a via alternativa ao Judiciário inclusive para causas contra a Fazenda Pública.

A ministra frisou, no entanto, que não se estava julgando o mérito. "Não há como afirmar a responsabilidade da União", disse. "Estamos tratando apenas do meio para a resolução desse litígio", acrescentou, afirmando que não deveria haver preconceito em relação à arbitragem.

Nancy Andrighi tomou como base, para a sua decisão, o estatuto da Petrobras. Consta no texto que os conflitos envolvendo os acionistas e a companhia - no

caso de ações preferenciais e ordinárias adquiridas no Brasil - serão resolvidas por meio de arbitragem e não na Justiça.

Quando ingressaram com o procedimento arbitral, em 2016, os investidores pediram que a União fosse incluída por entender que os diretores que desviaram dinheiro da companhia foram nomeados pelo governo. Os investidores são representados pelos escritórios Escobar Advogados e Finkelsteins Advogados.

A Advocacia-Geral da União (AGU) alega, no entanto, que na época do estatuto, em 2002, a União sequer podia participar de procedimentos arbitrais. Isso só ocorreu no ano de 2015, data em que essa permissão passou a constar em lei, afirmou o procurador Vinícius Domingos Rocha, em sustentação oral.

"Não é comum a União discutir decisões arbitrais", disse. "Ela cumpre as decisões de arbitragens as quais se propõe a participar", acrescentou, afirmando que não seria esse o caso dos autos.

O procurador enfatizou ainda que o estatuto da Petrobras é claro no sentido de que apenas a companhia e os seus acionistas estão sujeitos à arbitragem. E chamou a atenção que o impacto de todas as discussões envolvendo os prejuízos que possam ter sido causados aos acionistas da companhia, nas diferentes disputas em tramitação na arbitragem, pode chegar a R\$ 55 bilhões. "Esse custo será gerado para a União e haverá impacto aos cofres públicos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Finanças

Autor: Marcelo Osakabe, Ana Carolina Neira e Daniela Meibak | De São Paulo

Título: Investidor embolsa ganho atento à Previdência

A divulgação dos primeiros detalhes do relatório da reforma da Previdência, que deve ser divulgado na íntegra hoje pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), serviu de pretexto para um ajuste dos ativos brasileiros após a dinâmica bastante positiva das últimas semanas.

No câmbio, isso significou que o dólar fechou em alta de 0,42%, aos R\$ 3,8663, depois de tocar R\$ 3,8306 na mínima do dia - menor nível intradiário em dois meses. Já os juros futuros, que também chegaram a operar em leve queda durante a primeira metade da sessão, reverteram a direção ao longo do pregão: a taxa do contrato para janeiro de 2021 terminou em 6,18%, de 6,17% no ajuste anterior, enquanto o DI para janeiro de 2025 foi de 7,59% para 7,63%.

O movimento pode ser considerado um ajuste porque o que foi anunciado até o momento não traz surpresas em relação às expectativas dos participantes de mercado. "Em termos de notícia, vejo tudo como era esperado: economia entre R\$ 850 bilhões e R\$ 900 bilhões e expectativa para votação na primeira semana de julho", afirma Vinicius Alves, estrategista da Tullett Prebon Brasil. "Vejo um ajuste técnico, o juro futuro caiu muito e o real estava ganhando muito contra emergentes", acrescenta.

No mercado acionário, o Ibovespa chegou a ultrapassar os 99 mil pontos, mas fechou em baixa de 0,65%, aos 98.321 pontos com as notícias vindas de Brasília. "Havia um espaço para realização porque o Ibovespa vem de uma sequência de altas e beirando os 100 mil pontos. Agora precisava cair um pouco para continuar subindo de forma saudável", avalia Jefferson Laatus, operador do mercado e sócio do Grupo Laatus.

Entre as principais mudanças ao projeto original do governo está a exclusão das mudanças no benefício de prestação continuada (BPC) e na aposentadoria rural. Além disso, o regime de capitalização não deve mais fazer parte do texto, assim como alterações na Previdência de servidores de Estados e municípios.

"Pelo conteúdo que foi divulgado até agora, a economia está em linha com o intervalo que trabalhávamos, de algo entre R\$ 750 bilhões a R\$ 850 bilhões", diz Flavio Serrano, economista-chefe do Haitong. "Sobrou inclusive algum espaço de manobra para acomodar as emendas que devem ser propostas no plenário da Câmara."

Por outro lado, no mercado de câmbio, houve pressão adicional vinda do exterior, onde a busca por risco que caracterizou os últimos dias também sofreu uma pausa por causa da piora da tensão comercial entre Estados Unidos e China. Como pano de fundo, estão as ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump, de impor tarifa de US\$ 325 bilhões sobre os produtos chineses que ainda não foram taxados caso não se chegue a um acordo.

A cautela sobre o assunto se sobressaiu inclusive ao dado de inflação mais fraco nos Estados Unidos. Segundo o Departamento de Trabalho, o índice de preços ao consumidor (CPI) avançou 1,8% em maio na comparação anual, abaixo do consenso de 1,9% do mercado. O dado dá suporte à expectativa de corte de juros pelo Federal Reserve.

Outro fator que exerceu certa pressão sobre o Ibovespa ontem foi o vencimento do exercício de opções do índice, quando o contrato de opção perde seu valor. Assim, ações com maior peso dentro do índice tendem a ter maior movimentação, como Vale e Petrobras. "Isso teve certa influência na

volatilidade que vimos pela manhã. É um evento que normalmente pressiona certos papéis", explica Eduardo Prado, sócio da RJ Investimentos.

No fechamento, Petrobras ON terminou com baixa de 1,47%; Petrobras PN recuou 1,14% e Vale ON subiu 0,12%. A estatal também sofreu influência do anúncio de que os estoques americanos de petróleo subiram 2,206 milhões de barris na semana passada, fazendo o preço da commodity cair e atingir as mínimas desde janeiro nos mercados internacionais.

Durante a manhã, os ativos até ensaiaram uma nova rodada de valorização com as declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre as "despedaladas". Ontem, a Caixa devolveu R\$ 3 bilhões ao Tesouro Nacional e planeja retornar outros R\$ 17 bilhões até o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: STJ libera dividendos de R\$ 2,67 bilhões da Braskem

O pagamento de R\$ 2,67 bilhões em dividendos pela Braskem, que acabou no centro de um litígio judicial que envolve a petroquímica em Alagoas, foi liberado ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O presidente da Corte, ministro João Otávio Noronha, aceitou a oferta de seguro garantia de mesmo valor pela companhia, suspendendo decisão da Justiça de Alagoas que, na prática, impedia a distribuição do valor aos acionistas.

Para o STJ, a Braskem demonstrou que a decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), que impediu a deliberação sobre o assunto em assembleia da companhia realizada em abril, "provoca grave lesão à economia pública, situação que justifica a suspensão da liminar" - a petroquímica alegou que a sócia Petrobras deixou de receber mais de R\$ 1 bilhão devido à decisão, assim como a controladora Odebrecht.

A decisão do STJ vai contra os planos da Justiça de Alagoas, que pretendia que a petroquímica utilizasse os R\$ 2,67 bilhões dos dividendos para indenizar famílias cujos imóveis foram afetados pelo afundamento do solo em bairros de Maceió. Em entrevista ao **Valor**, o presidente do TJ-AL, Tutmés Airan, disse ontem à tarde que busca uma solução consensual para o problema e apresentaria a proposta aos representantes legais da companhia assim que tivesse

oportunidade. "Se for pelo caminho tradicional, isso não tem solução tão cedo", disse.

Na semana passada, a Justiça Federal decidiu que é do Judiciário de Alagoas a competência para julgar a ação do Ministério Público Estadual (MPE) e da Defensoria Pública que pede o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem. O processo teve início em abril, quando os órgãos estaduais entenderam que havia indícios de que a mineração de sal-gema da petroquímica na capital tem relação com o aparecimento de rachaduras em vias e imóveis dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro.

Em maio, um laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) associou eventos geológicos nesses bairros à exploração do sal, que é usado na produção de cloro-soda. Um dia após a divulgação do relatório, que será contestado pela Braskem, a empresa paralisou a extração de sal-gema e as fábricas de cloro-soda e dicloretano de Maceió abastecidas pela operação. Já as unidades de PVC de Alagoas e da Bahia seguem operando com matéria-prima importada.

"Estamos tentando convencer a Braskem a resolver o problema de forma célere, ágil", disse Airan. A proposta que será levada à companhia é a de que a Braskem compre os imóveis afetados já embutindo um valor de dano moral. Ante a perspectiva de continuidade das operações no Estado, esses imóveis seriam demolidos e a área atingida seria transformada em cinturão verde, sem novos moradores.

Conforme o desembargador, a proposta não atende a uma parte das famílias, que reluta em deixar suas casas. Contudo, o mapa de risco elaborado pela Defesa Civil indica que esses moradores devem ser realocados. Questionado sobre o número de pessoas afetadas ou o potencial valor de indenização, o presidente do TJ-AL afirmou que não há uma estimativa fechada mas, diante da extensão da área atingida, é possível falar em milhares de famílias. A proposta de uso dos dividendos, por sua vez, decorre do fato de que o pagamento estava suspenso por decisão judicial.

O desembargador reconhece que a Braskem tem o direito de contestar o laudo da CPRM e propõe que, caso no futuro fique demonstrado que a estatal errou em suas considerações, a petroquímica iniciaria uma ação contra a União para reaver os recursos usados para pagar as indenizações. Caso a Braskem recuse a proposta, o TJ-AL vai estudar as medidas que podem ser tomadas. "Nosso objetivo é resolver esse assunto com absoluta celeridade", disse Airan.

A petroquímica tomou conhecimento do laudo da CPRM no dia em que parte do documento se tornou pública, em 8 de maio, e informa que somente teve acesso à íntegra em 21 de maio, "quando foi possível iniciar as análises detalhadas do seu conteúdo e de suas conclusões". A Braskem também contratou especialistas para realizar estudos na região, com vistas a identificar as causas dos fenômenos que atingem o bairro do Pinheiro - a empresa não menciona os outros dois bairros citados no laudo. "Essa etapa é importante pois, a partir de um diagnóstico correto, será possível entender quais as soluções definitivas devem ser aplicadas para o bairro e a região", informa.

A Justiça de Alagoas determinou também o bloqueio de R\$ 100 milhões das contas da Braskem. MPE e Defensoria, porém, reafirmaram o pedido para que R\$ 6,7 bilhões sejam bloqueados e o processo, que inicialmente havia seguido para a Justiça Federal, voltou para o TJ-AL.

Procurada, a Braskem informou que "tem se empenhado em realizar estudos e sonares que contribuam na identificação das verdadeiras razões e que tragam as soluções definitivas para a segurança da população". "Até que essas soluções sejam definidas, a Braskem mantém seu compromisso de transparência e atuação responsável e continuará auxiliando com ações emergenciais na região."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Provento pode ser pago com rapidez pela petroquímica

Caso queira, a Braskem tem uma estratégia jurídica para fazer a distribuição dos dividendos liberados na noite de ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de forma célere. A companhia havia programado o pagamento de R\$ 2,67 bilhões em proventos, dos quais cerca de quase R\$ 2 bilhões seriam divididos entre Odebrecht e Petrobras, acionistas controladores da petroquímica.

Como o pagamento não ocorreu nos prazos regulamentares, ele deixou de ser dividendo anual e se transformou em intermediário. Com isso, o conselho de administração tem alçada para deliberar o pagamento - e não há mais necessidade de aval da assembleia de acionistas. O colegiado, segundo fontes consultadas pelo **Valor**, já avaliou o assunto em profundidade, inclusive a insegurança de conselheiros a respeito do montante, uma vez que o ciclo do setor está em momento desfavorável.

A Odebrecht já havia acertado com os bancos que possuem as ações da Braskem em garantia - Itaú, Bradesco, BNDES, Banco do Brasil e Santander - que poderia usar boa parte do que seria sua parcela, R\$ 1 bilhão. Desde 2016, os proventos ficam para as instituições para amortização das dívidas cobertas - um total de R\$ 12,7 bilhões. O acordado, neste ano, é que os recursos ficassem com o grupo controlador para dar conta do cotidiano das atividades, e não de dívidas.

Caso o dividendo tivesse sido aprovado até abril, teria capacidade de dar um fôlego para o grupo Odebrecht e adiar ou até mesmo evitar que a holding ODB tenha de pedir à Justiça proteção contra credores. Agora, contudo, o cenário é diferente, diante da recuperação judicial da controlada Atvos, que têm dívidas garantidas pela holding.

A Caixa, credora em R\$ 500 milhões em Atvos, não está entre os bancos com garantia de Braskem - e, portanto, de fora do combinado sobre os recursos. A instituição tem dado sinais de que está disposta a executar a holding. Essa já era a postura antes mesmo da liberação dos proventos. Agora, poderá ficar mais propensa a tentar acessar o caixa da Odebrecht.

Agora, o grupo e seus assessores financeiros terão de definir qual a melhor estratégia para os recursos e se há algum impacto para a recuperação judicial. Conforme o **Valor** já escreveu, os documentos estão sendo preparados para serem levados à Justiça na próxima semana. A recuperação judicial não impede a Odebrecht de receber os dividendos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Philip Georgiadis e Matthew Rocco | Financial Times, de Londres e Nova York

Título: Cotação do petróleo fecha no menor valor desde janeiro

Os preços do petróleo retomaram ontem o recente movimento de queda. Os operadores avaliaram as perspectivas do abastecimento após dados dos Estados Unidos terem revelado uma alta imprevista nos estoques.

O barril do petróleo tipo Brent para agosto caiu 3,72% ontem na ICE, em Londres, cotado a US\$ 59,97. Nesse patamar, a referência mundial voltou aos níveis de janeiro. O barril do WTI para julho fechou em queda de 3,99% em Nova York, a US\$ 51,14.

A Agência de Informações sobre Energia (EIA, na sigla em inglês) do Departamento de Energia dos EUA, disse que os estoques americanos de

petróleo aumentaram em 2,2 milhões de barris, para 485,5 milhões de barris, contrariando projeções que apontavam para uma queda de 481 mil barris, de acordo com a Reuters. Os estoques de gasolina cresceram ligeiramente mais do que o previsto, fazendo com que os contratos futuros negociados em Nova York caíssem mais de 2%.

A divulgação dos dados seguiu-se a relatório divulgado na noite de terça-feira pelo American Petroleum Institute (API, nas iniciais em inglês), que também indicou que os estoques americanos de petróleo continuaram a crescer e que provocou a queda dos contratos de petróleo negociados ao longo da noite.

"Esse boletim de dados deverá tirar o sono dos que apostaram na alta do petróleo, uma vez que, como confirmam os dados da EIA, poderíamos ter uma fuga mais significativa de posições em contratos de petróleo WTI", disse Stephen Innes, sócio-executivo da Vanguard Markets, após a divulgação do relatório da API.

O petróleo registrou fortes oscilações nos meses recentes, e caiu cerca de 18% desde o fim de abril, após ter subido de US\$ 50 para US\$ 75 entre janeiro e abril.

Os operadores estão avaliando as consequências de um esforço da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados de aumentar os preços por meio da redução da produção, enquanto as sanções dos EUA sobre o Irã e a Venezuela restringiram, paralelamente, a oferta. Mas, contra esses fatores há preocupações de que um conflito comercial americano e uma desaceleração econômica mundial mais amplos tenham deprimido os preços. Além disso, alguns operadores preveem que o setor americano de petróleo de xisto terá expansão acelerada.

Em relatório publicado na terça-feira, o EIA reduziu a perspectiva da demanda mundial por petróleo em 2019. O órgão também baixou as projeções para a produção americana de petróleo, mas ainda se prevê que a extração do país alcançará novos recordes anuais neste ano e em 2020.

"O simples pensamento em superprodução neste ambiente econômico mundial em deterioração sugere que, se a Opep e seus aliados não conseguirem cobrir o fosso aberto pelo acordo, os mercados vão cair depressa", disse Innes.

Um dos maiores operadores de petróleo disse ao "Financial Times" neste mês que a situação do mercado "é das mais complicadas que vejo em muito tempo". Doug King, o operador-sênior do fundo hedge Merchant Commodity Fund, sediado em Londres, disse que há grande incerteza quanto à perspectiva dos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/06/2019**Seção:** Finanças**Autor:****Título:** Destaques

Oferta da CPFL Energia

As ações da CPFL Energia foram precificadas ontem a R\$ 27,50 na oferta subsequente, apurou o **Valor**. O preço por ação da oferta primária é inferior à faixa original determinada pela State Grid, controladora da CPFL, entre R\$ 29,30 e R\$ 35,30. Na segunda-feira, a chinesa aceitou reduzir a faixa para um valor entre R\$ 27 e R\$ 29, e garantiu a demanda dos investidores. Serão emitidas no mínimo 116,8 milhões de ações da companhia, levantando R\$ 3,2 bilhões para a CPFL. **(Camila Maia)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 13/06/2019**Seção:** Finanças**Autor:** Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo**Título:** BBCE quer ampliar tipos de derivativos de energia

A plataforma de negociação de energia Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) começou a formatar novos derivativos relacionados ao setor, à espera da licença da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para operar como balcão organizado. A licença foi solicitada em fevereiro, com prazo de 90 dias; a CVM pediu esclarecimentos adicionais, renovando esse período de análise, e a previsão da empresa é ter uma resposta neste mês. Enquanto isso, o BBCE vai se adaptando para tomar "ares" de mercado financeiro.

Carlos Ratto, ex-diretor de produtos da Cetip, assumiu a presidência da empresa há cerca de um mês. "Não tenho experiência no mercado de energia e sim no mercado financeiro, que é o caminho que a empresa precisa agora", afirma o executivo. "Queremos mudar a ideia de que somos um clube de operadores de energia, e sim uma empresa de produtos e soluções financeiras."

O BBCE tem como acionistas 32 comercializadoras de energia e funciona como uma plataforma de negociação eletrônica de contratos de energia - hoje totalmente concentrado no mercado físico de energia elétrica. Como balcão organizado, a empresa passará a negociar outros tipos de contratos. "Há outros produtos do setor que têm demanda de investidores e alguns deles já são

negociados em balcões internacionais, como frete, bagaço, cbio [crédito de descarbonização por biocombustíveis] e etanol", diz Daniel Rossi, presidente do conselho de administração do BBCE. Derivativos de frete, por exemplo, são negociados no mercado americano e no mercado chinês.

No primeiro momento serão operações bilaterais, com o risco de crédito entre as partes, registradas no balcão. Os executivos acreditam que, com a plataforma, já terão volume para migração ao novo formato. De janeiro a maio, foram negociados na plataforma cerca de 81 mil gigawatt/hora, com movimentação de cerca de R\$ 20 bilhões. "O BBCE criou uma demanda de negociação e vamos passar por isso também com os derivativos, um fase de aprendizado de mercado", afirma Rossi.

A CVM não concede uma licença desse tipo há 19 anos, quando registrou a Cetip - depois fez adaptações de registros com base na instrução 461. O primeiro passo é a licença de balcão, mas a proposta do BBCE é se preparar para ser de fato uma bolsa (o que exigiria outra autorização, incluindo o Banco Central na discussão).

Um número mais amplo de investidores tem interesse em contratos com liquidação financeira, enquanto o público que negocia contratos com liquidação física é mais restrito. Mesas de operações de bancos, por exemplo, são considerados um filão de clientes para os contratos de liquidação financeira.

"O volume de negociação de contratos físicos de energia no mercado brasileiro hoje é oito vezes o volume de uso. O normal, em outros mercado, é que se negocie 1,5 vez nesse tipo de contrato e o restante em derivativo, para quem quer fazer hedge ou transação financeira", diz Rossi. "Nesse cenário brasileiro, o que acontece é que o mesmo megawatt fica trocando de mão várias vezes."

Para ser bolsa no futuro, a companhia vai precisar de uma clearing. "Estamos estudando isso, que será uma etapa para o período pós-decisão da CVM. Ainda temos que entender exatamente se precisaríamos ter a nossa clearing ou se podemos nos conectar a clearings já existentes", explica Ratto. "É uma etapa posterior. A necessidade de depósito de margem seria uma barreira de entrada para um produto que o mercado ainda não absorveu."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Finanças

Autor: André Mizutani e Gabriel Roca | De São Paulo

Título: Wall Street recua com baixa de ações de bancos e energia

Sem um noticiário robusto para sustentar a demanda por ativos de risco, os índices de Nova York não tiveram força para retomar o rali da semana passada e fecharam ontem mais uma sessão em queda, com um movimento de realização de lucros pressionando o mercado acionário americano.

Ontem, o Dow Jones fechou em queda de 0,17%, a 26.004,83 pontos, depois de chegar a perder brevemente o nível dos 26 mil pontos. O S&P 500 terminou o dia em desvalorização de 0,20%, a 2.879,84 pontos, e o Nasdaq recuou 0,38%, a 7.792,71 pontos.

O setor financeiro do S&P 500 fechou com a segunda pior performance da sessão, recuando 0,95% e passando a acumular perdas na semana. A mudança de postura do Federal Reserve - que se mostrou mais favorável a afrouxamento monetário recentemente - alimentou o rali das ações na semana passada, mas ameaça prejudicar a lucratividade dos bancos.

A diferença entre o comportamento do S&P 500 e do índice KBW - composto por ações de 22 bancos americanos - ilustra a dinâmica que divide os investidores em relação às perspectivas de corte de juros do Fed. No fim do ano passado, os índices americanos passaram por uma onda de vendas que levou o S&P 500 a flertar com o chamado "bear market" - um indicador técnico de tendência de queda - e uma mudança de postura sinalizada pelo Fed em janeiro ajudou o S&P 500 a se recuperar e a bater novos recordes no fim de abril.

O índice KBW, no entanto, mostra uma história diferente para os bancos: as ações se recuperaram do tombo de dezembro, mas se estabilizaram em torno dos níveis anteriores, com os investidores preocupados com a lucratividade das empresas do setor.

Na semana passada, uma nova sinalização de afrouxamento do Fed fez com que o S&P 500 devolvesse boa parte das perdas causadas pelas tensões comerciais, fechando ontem apenas 2,23% abaixo do pico do dia 3 de maio. O KBW, por sua vez, teve uma recuperação muito mais modesta e ficou 6,84% abaixo do pico recente.

A maior queda ontem, porém, foi do setor de energia, que fechou em baixa de 1,44% no S&P 500. Os preços do petróleo caíram às mínimas desde janeiro depois que o Departamento de Energia reportou um aumento inesperado nos estoques americanos da commodity.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/06/2019****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Camila Maia | De São Paulo****Título: Chinesa negocia usina com Odebrecht**

A chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) está tentando mudar o escopo de negociação para aquisição da Santo Antônio Energia, concessionária responsável pela exploração e implantação da usina hidrelétrica localizada no Rio Madeira (RO). Neste momento, trabalha na possibilidade de comprar apenas a participação da Odebrecht e estruturar um acordo de governança com Furnas, dona de 43% do capital da usina, segundo apurou o **Valor**.

Os demais sócios da hidrelétrica, Cemig e Andrade Gutierrez, não estão mais nas conversas, pois consideraram a oferta anterior da empresa chinesa baixa e não veem perspectiva de algo evoluir. Em outubro, a SPIC havia avaliado a Santo Antonio em quase R\$ 10 bilhões, sendo que R\$ 3,5 bilhões poderiam ser pagos no ato, proporcionalmente aos vendedores, e o restante ficaria condicionado a solução de indefinições

Mas, neste ano, a oferta foi substancialmente reduzida, o que terminou por afastar a Cemig. O plano inicial era que a SPIC compraria o controle da usina, pois todos os sócios do controle venderiam - Odebrecht, Cemig, Andrade Gutierrez e FIP Amazônia. Furnas nunca esteve entre os vendedores.

Agora, tudo mudou de figura e até a discussão de valores sofrerá modificações. Fontes próximas às conversas afirmam que a companhia chinesa aguarda as modificações de governança na gestão de Furnas para iniciar as conversas.

A Odebrecht tem uma participação direta na Santo Antônio Energia, de 18,5%, e mais uma indireta, por meio do FIP Amazônia - do qual tem 50,1% e o FI-FGTS, 49,9%. Participam do acordo de controle, Odebrecht, o fundo e mais SAAG, o veículo que reúne Cemig e Andrade Gutierrez.

No modelo agora pretendido, a SPIC compraria a fatia da Odebrecht e faria uma composição de governança com Furnas, pois a ela só interessa o ativo se puder conduzir a gestão e, de alguma forma, controlá-lo. Na Odebrecht, há dúvida sobre se esse novo modelo pode prosperar. É preciso ter clareza de que, dentro do acordo de acionistas já existente, há espaço para composição de duas partes, separadamente. Segundo fontes, o acordo de acionistas pode ser alterado,

desde que todos os sócios assinem um aditivo, inclusive Cemig e Andrade Gutierrez - para quem a perda do controle não interessa.

Se a SPIC tiver sucesso na negociação com Odebrecht e Furnas, Cemig e Andrade precisarão rever o modelo de desinvestimento em Santo Antonio, já que vão perder o trunfo de serem do bloco de controle. Segundo fonte próxima à estatal mineira, isso não vai obrigá-la a vender sua participação "por qualquer preço" e podem ser pensadas alternativas, como novos desenhos em que a fatia na hidrelétrica do Madeira seja incluída em blocos com outros ativos.

O **Valor** apurou que a Eletrobras, dona de Furnas, está aberta a um acordo com os chineses. A estatal brasileira, que trabalha com a possibilidade de no futuro passar por uma privatização, tem visto como oportunidade a chance de costurar acordos para suas diversas participações minoritárias como forma de se valorizar.

Além da mudança do acordo de acionistas, um pacto também dependeria da conclusão da reestruturação interna de Furnas, que passou recentemente por mudanças no conselho e na administração, ficando mais alinhada com a gestão da Eletrobras. O **Valor** apurou que as mudanças ainda não foram concluídas pois ainda serão feitas alterações nas atribuições de cada diretoria. Só depois disso será definida a orientação estratégica.

A piora na situação financeira da Odebrecht pode levar o grupo a uma recuperação judicial nas próximas semanas. Essa perspectiva não afasta o interesse da SPIC, que estaria disposta a adquirir o ativo dentro de um leilão após aprovação de um plano em assembleia de credores. A fatia na Santo Antonio, tal e qual a Braskem, poderia ser vendida dentro do ambiente judicial na forma de um leilão, como uma unidade produtiva isolada (UPI).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Siemens Gamesa inaugura bateria

A Siemens Gamesa iniciou ontem a operação de sua primeira bateria para armazenamento de energia térmica (ETES, na sigla em inglês), que contém cerca de mil toneladas de rochas vulcânicas como retentor energético. Segundo a companhia, a tecnologia é inovadora pois torna possível o armazenamento de grandes quantidades de energia a um custo competitivo.

Ao **Valor**, o diretor de tecnologia da Siemens Gamesa, Antonio de la Torre, explicou que a tecnologia é voltada para armazenamento de grandes quantidades de energia por períodos prolongados. Por isso, difere das baterias a lítio usadas para armazenamento de energia, que são soluções voltadas para descarga em curtos períodos de tempo, durante o pico do consumo.

A rocha vulcânica é abastecida com energia elétrica convertida em ar quente por meio de um sistema que a aquece a 750 graus Celsius. Quando a demanda por energia atinge o pico, a bateria usa uma turbina a vapor para reeletrificar a energia armazenada. Segundo De la Torre, não há limitações geográficas para a tecnologia, pois há materiais "abundantes" em todo o mundo com as características necessárias para compor os ciclos de aquecimento e resfriamentos, presentes geralmente nas rochas vulcânicas.

A unidade piloto pode armazenar até 130 megawatts-hora (MWh) em energia térmica por uma semana. A capacidade da bateria continua constante durante os ciclos de carga, segundo a companhia. O objetivo da unidade piloto é gerar evidências de que o sistema funciona. O próximo passo será usar essa tecnologia em projetos comerciais e em maior escala. A meta é armazenar "muitos GWh" no futuro próximo. "Estamos aumentando a escala do sistema e nossa meta é que as primeiras aplicações comerciais não exijam subsídios no mercado de venda de energia", afirmou De la Torre.

A bateria foi inaugurada ontem em um evento em Hamburgo, na Alemanha, com a presença do secretário de energia alemão Andreas Feicht e do presidente da Siemens Gamesa, Markus Tacke.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Internacional

Autor: Steve Holland e Timothy Gardner | Reuters, de Washington

Título: Trump ameaça sanção a gasoduto russo-alemão

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem que está estudando a possibilidade de adotar sanções ao projeto de gasoduto de gás natural Nord Stream 2, da Rússia - que Washington já alertou as empresas europeias a evitar. Além disso, ele alertou a Alemanha sobre sua dependência em relação ao gás fornecido pela Rússia.

"Estamos protegendo a Alemanha da Rússia, e a Rússia está recebendo bilhões de dólares da Alemanha", disse Trump à imprensa ao lado do presidente da Polônia, Andrzej Duda, na Casa Branca.

O Nord Stream 2, um gasoduto de 1.225 quilômetros de extensão para transportar gás da Rússia para a Alemanha, passando pelo mar Báltico, dobrará a capacidade do atual gasoduto Nord Stream, e sua construção dividiu a União Europeia. Países do Leste Europeu, da Escandinávia e da orla do mar Báltico veem o gasoduto como um fator que aumenta o controle econômico de Moscou sobre a Europa.

Mas muitos políticos e empresas de energia na Alemanha apoiam o Nord Stream 2 porque a maior economia da Europa necessita de abastecimento de gás, enquanto tenta se livrar da energia produzida por carvão e energia nuclear.

O Nord Stream 2 é encabeçado pela estatal russa de gás Gazprom, com 50% do financiamento fornecido pela Uniper e pela divisão Wintershall da BASF, ambas alemãs, pela anglo-holandesa Shell, a austríaca OMV e a francesa Engie.

O secretário de Energia dos EUA, Rick Perry, disse em maio que um projeto de lei de sanções que prevê vultosas restrições a empresas envolvidas no projeto, será lançado "num futuro não muito distante".

Quaisquer sanções a empresas europeias envolvidas no projeto podem elevar o nível de atrito com países como Alemanha, Áustria e França. Perry visitou a Europa a fim de promover as exportações americanas de gás natural liquefeito (GNL) com alternativa para os europeus diversificarem suas fontes de gás para além da Rússia, que, por vezes, suspendeu as remessas de gás via Ucrânia em tempos de conflitos em torno dos preços.

O governo do ex-presidente Barack Obama também era contrário ao Nord Stream 2. Trump disse que o projeto "torna a Alemanha refém da Rússia se acontecerem coisas que sejam ruins".

Empresas americanas de GNL fizeram negócios de longo prazo com países europeus, mas o preço costumam ser maior que o gás enviado por gasoduto da Rússia.

A Companhia Polonesa de Petróleo e Gás (PGNiG) assinou ontem acordo para comprar 1,5 milhão de toneladas de GNL ao ano da americana Venture Global LNG.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Eletrobras perde no STJ disputa sobre correção de empréstimo compulsório

A Eletrobras perdeu ontem, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a disputa sobre a correção dos empréstimos compulsórios. Os ministros da 1ª Seção entenderam, por diferença de um voto, que devem ser aplicados juros remuneratórios até o efetivo pagamento dos valores não convertidos em ações - e não até 2005, ano da última assembleia de conversão, como defende a empresa.

Não há estimativa do impacto da decisão para a Eletrobras. Em seu Formulário de Referência de 2019, a companhia cita, de forma geral, uma provisão de R\$ 17,9 bilhões - que inclui discussões sobre correção monetária, juros remuneratórios e juros moratórios. No caso concreto, o valor em discussão era de R\$ 130 mil, segundo o procurador da empresa, Cleber Marques, que pretende recorrer da decisão.

No julgamento, alguns ministros entenderam que o STJ mudou o posicionamento fixado no recurso repetitivo, julgado há dez anos, ampliando o prazo para incidência de juros remuneratórios, o que pode levar alguns credores a terem correção mais favorável do que outros, que já tiveram seus processos julgados. O placar foi apertado: cinco a quatro.

A discussão é antiga. O depósito compulsório foi criado nos anos 60 com a finalidade de gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico. A contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993. Por lei, os consumidores poderiam depois converter os valores pagos em ações da Eletrobras.

Em 2009, o STJ decidiu que a empresa deveria corrigir os créditos. Na ocasião, boa parte do compulsório já havia sido pago pela empresa por meio da conversão dos valores em ações. Em 2005, havia sido realizada a última assembleia da empresa para discutir a restituição dos créditos e a conversão de valores em ações.

No STJ, consumidores alegaram que a correção efetuada foi menor do que a devida. Alguns não tiveram todo o montante convertido em ações e, por isso, ainda têm valores a receber.

No recurso julgado ontem pela 1ª Seção, a Decoradora Roma (REsp 790288) questionou a data final de aplicação dos juros remuneratórios, de 6% ao ano,

para os valores que não foram convertidos em ações. A empresa pede que seja a data do efetivo pagamento. Já a Eletrobras, a da última assembleia, a de 2005.

No processo, a Decoradora Roma alega que em 2009, a 1ª Seção já havia decidido que o termo final dos juros remuneratórios era o efetivo pagamento da dívida pela Eletrobras. Mas em 2011, ao analisar embargos de divergência, definiu que os juros remuneratórios cessariam a partir das assembleias de conversão.

O recurso da empresa foi aceito pelo relator, ministro Gurgel de Faria, e pelos ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Benedito Gonçalves e, na sessão de ontem, pela ministra Regina Helena Costa.

De acordo com o relator, ao julgar o repetitivo, a Seção decidiu que são devidos juros remuneratórios de 6% ao ano sobre a correção monetária. O ministro disse que o STJ entende que a diferença a ser paga em dinheiro, sobre o número não convertido em ações, deve ter correção plena, expurgos inflacionários e juros remuneratórios até o efetivo pagamento.

Os ministros Herman Benjamin e Assusete Magalhães, divergiram. Na sessão de ontem, foram acompanhados pelos ministros Sérgio Kukina e Francisco Falcão. Para Herman, a decisão "abre uma caixa de Pandora".

A Eletrobras pretende recorrer, segundo o procurador da empresa, Cleber Marques. O procurador pretende apresentar recurso para pedir esclarecimentos sobre alguns pontos (embargos de declaração) e citou duas dúvidas principais.

A primeira é se o voto do relator realmente limitou a decisão aos valores que não foram convertidos em ações na data da assembleia, como entenderam alguns ministros que o acompanharam. A segunda, se essa divergência poderia ser discutida tendo como base o julgamento repetitivo realizado em 2009.

No Formulário de Referência de 2019, a Eletrobras afirma que se trata de um julgamento específico, que não pode ser considerado suficiente para alterar parâmetros de cálculo de todos os processos que tratam do tema. Por isso, a companhia entende que a decisão não é determinante para influenciar na provisão feita para os empréstimos compulsórios - que era de R\$ 17,9 bilhões no fim de 2018.

Mas a empresa reconhece, no mesmo documento, que o resultado do julgamento de ontem poderá ter reflexo sobre o assunto e ser objeto de novo

recurso para esclarecer qual sua extensão e constitucionalidade. "Se porventura houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios após a assembleia de conversão, a estimativa de mensuração da provisão, hoje reconhecida pela administração, poderá vir a ser alterada", afirma. Eventuais avaliações de impacto só deverão ser feitas após a conclusão do julgamento, segundo a Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/06/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Caroline Prolo

Título: O retorno do mercado de carbono

O ano de 2019 pode marcar um importante passo na retomada dos mercados de carbono no cenário internacional. Entre 17 e 27 de junho, os países membros do Acordo de Paris se encontrarão para uma reunião técnica na sede da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) em Bonn/Alemanha, para discutir como se dará o funcionamento dos mercados de carbono previstos no artigo 6 do Acordo de Paris.

O objetivo é propor uma decisão a ser adotada em dezembro de 2019, em Santiago do Chile, durante a 25ª Conferência das Partes (COP 25).

No Brasil quase todo mundo já ouviu falar de créditos de carbono. Isso se deve ao fato de que o país foi um grande usuário do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado pelo Protocolo de Quioto da UNFCCC. Por meio do MDL, entidades e empresas em países em desenvolvimento, como o Brasil, podiam implantar projetos que reduzissem emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação a uma projeção de emissões futuras, para serem comercializadas com países desenvolvidos. Assim, as emissões "evitadas" por causa do projeto eram convertidas em "créditos", os quais países desenvolvidos podiam usar para cumprir suas obrigações no Protocolo.

Neste novo mercado, o Brasil, com um vasto portfolio de ativos de baixo carbono, poderia ser um player de destaque

Os mercados de carbono acabaram se desaquecendo ao longo do tempo, mas agora essa demanda pode voltar a surgir graças ao Acordo de Paris, que prevê dois mecanismos de mercado para cooperação entre os países na redução das emissões de GEE.

O primeiro desses mecanismos é o do artigo 6.2, uma espécie de mercado de troca de "resultados de mitigação" chamados Internationally Transferable Mitigation Outcomes (ITMOS).

A ideia é que países possam trocar entre si créditos gerados a partir dos seus esforços domésticos de redução de GEE. Como isso vai acontecer na prática ainda não está claro. Uma possibilidade é que governos interajam em cooperação por meio de projetos conjuntos, como é o caso da Colômbia, Chile e Peru, que já estão hospedando "pilotos" de ITMOs em acordos bilaterais com países europeus. Para dar escala à geração desses ITMOs, os governos nacionais podem promover políticas, editar regulamentos e inclusive criar mercados internos de "cap-and-trade".

Para participar é necessário que o governo nacional atenda a obrigações de transparência e estabeleça a governança adequada, bem como possua uma meta nacional suficientemente ambiciosa.

O segundo mecanismo, previsto no artigo 6.4, é uma nova versão do MDL, que vem sendo chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS). Esse mecanismo resultou de uma proposta do Brasil durante as negociações do Acordo de Paris. Para o Brasil, assim como no MDL, este seria um mecanismo de geração de créditos a partir da redução de emissões de um projeto, redução esta calculada com base em uma projeção de emissões de GEE no futuro.

Para isso, é necessário que o projeto apresente "adicionalidade" em relação a um cenário "business-as-usual"; ou seja, as atividades elegíveis para projetos de MDS devem ser adicionais à NDC do país - ou seja, à Contribuição Nacionalmente Determinada, que é a meta de redução de emissões apresentada pelo país como condição para participar do Acordo de Paris. Segundo o Brasil, não haveria necessidade de contabilizar os créditos de MDS no cumprimento das metas da NDC, pois as reduções de emissões ocasionadas pelo MDS não serviriam para atingir as metas, mas decorreriam de ações adicionais às metas da NDC, mais ambiciosas que estas.

Este posicionamento enfrentou oposição dos demais países, em especial da União Europeia, que entende que, se os créditos gerados neste mecanismo forem transferidos para outro país usar para cumprir suas metas, há risco grave de ocorrer uma "dupla contagem". Por isso, propõem que sejam feitos "ajustes correspondentes" na contabilidade da NDC do país de origem dos créditos, para garantir que eles serão usados somente uma única vez, e assim preservar a integridade do sistema.

A interpretação desse artigo gerou impasses no final de 2018, durante a COP 24, na Polônia; e a tomada de decisões a respeito dos mercados de carbono do

Acordo de Paris acabou sendo postergada para este ano de 2019. Nesse contexto, cabe que se faça hoje no Brasil uma reflexão sobre as potenciais perdas e os ganhos envolvidos em ficar dentro ou fora desses novos mercados. Qual é o potencial desses mercados para as empresas brasileiras e para o crescimento da economia do Brasil? Quais são as oportunidades para o governo brasileiro em participar das negociações internacionais que vão determinar o formato desses mercados? A economia de baixo carbono é um processo em curso e que apresenta muitas oportunidades. Se na economia de mercado tradicional há "winners" e há "losers", na economia de baixo carbono da era do Acordo de Paris há oportunidades "win-win" para todos os envolvidos, inclusive as futuras gerações. Neste novo mercado, o Brasil, com um vasto portfolio de ativos de baixo carbono, poderia ser um player de destaque.

Caroline Prolo é advogada especialista em Direito Ambiental do Stocche Forbes Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/06/2019

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder / RIO

Título: Petrobrás altera de novo política de preços

Três meses após definir que reajustes seriam divulgados a cada 15 dias, estatal põe fim à periodicidade e anuncia queda de 4,6% no preço do diesel

A Petrobrás anunciou na noite de ontem o fim de qualquer periodicidade predefinida para reajustar os preços do óleo diesel e da gasolina em suas refinarias. Em março, a estatal havia decidido que o diesel ficaria com o preço congelado por pelo menos 15 dias, numa medida para agradar caminhoneiros, insatisfeitos com o encarecimento do combustível e com as mudanças no valor em curtos períodos de tempo. Com mudança, a estatal já anunciou ontem uma redução média de 4,6% no diesel, "acompanhando as variações dos preços internacionais observadas nos últimos dias", disse a petroleira, em comunicado.

A mudança ocorre dois meses após o presidente Jair Bolsonaro mandar suspender um aumento no diesel. Em 11 de abril, a estatal voltou atrás num reajuste de 5,7%. Bolsonaro telefonou diretamente ao presidente da petroleira, Roberto Castello Branco, para tratar do assunto.

Na ocasião, as cotações internacionais, assim como o dólar, estavam em alta. Em meados de abril, os preços da Petrobrás nas refinarias – à vista, sem encargos e sem tributos, como explica a companhia – acumulavam altas de quase 30% na gasolina e de 24% no diesel. A alta de 5,7% foi a primeira após o anúncio do congelamento pelo período mínimo de 15 dias – e foi informada exatamente no 15.º dia.

O telefonema de Bolsonaro foi visto como interferência política. No dia seguinte à suspensão do reajuste, as ações da companhia tombaram 8% na Bolsa, fazendo seu valor de mercado encolher em R\$ 32,4 bilhões. Uma semana depois, porém, a estatal anunciou alta média de 4,8% no diesel, e Castello Branco fez defesa enfática da liberdade de preços da companhia.

A mensagem era de que a visão liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, responsável pela indicação de Castello Branco, tinha vencido o impulso intervencionista do presidente da República.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), o anúncio de ontem reforça a ideia de que a Petrobrás tem liberdade de preços. "Se tem liberdade de preços, não pode ter periodicidade", disse o consultor, para quem a diretoria da estatal foi "inteligente" ao anunciar a decisão num contexto de alívio nos preços internacionais. Para ele, no entanto, a desconfiança de ingerência política na estatal será testada no próximo ciclo de alta do petróleo e do câmbio.

Refinarias. O fim do prazo predefinido de reajuste pode servir como sinal positivo para investidores em potencial no parque de refino da Petrobrás, disse Pires. Na terça-feira, a petroleira assinou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) para encerrar um inquérito que apurava suposto abuso de posição dominante no setor de refino por parte da estatal. A Petrobrás se comprometeu a vender metade da capacidade das suas refinarias até 2021.

Segundo Pires, o interesse de investidores nas refinarias será maior se houver garantia de que os preços dos combustíveis são livres. Em nota divulgada ontem, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) defendeu a paridade de preços como medida para atrair investidores para as refinarias e citou a falta de reajustes por parte da Petrobrás. Nas contas da entidade, o diesel já estava há 13 dias sem reajustes e, antes do último, ficou congelado por 28 dias.

Para o professor Edmar Almeida, do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, enquanto não reduzir a participação no refino, a Petrobrás seguirá pagando por ter o monopólio de fato do setor. "Do ponto de vista político,

quem tem de prestar contas é a Petrobrás. Os caminhoneiros não fazem greve contra os importadores."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/06/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini / BRASÍLIA Renée Pereira / SÃO PAULO

Título: STJ libera R\$ 2,6 bi de dividendos da Braskem

Decisão vai beneficiar o Grupo Odebrecht, que controla a petroquímica e vive grave crise financeira

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, liberou ontem a distribuição de dividendos da Braskem para seus acionistas. O pagamento havia sido bloqueado em abril, após pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado de Alagoas. Eles conseguiram uma liminar para suspender a realização de assembleia que definiria sobre a distribuição dos recursos. A justificativa eram os estragos ocorridos em bairros de Maceió por causa da extração de sal-gema na região pela petroquímica.

Uma das principais beneficiadas com a decisão de ontem é a Odebrecht, controladora da Braskem e que vive grave crise financeira, à beira de uma recuperação judicial. O grupo deve receber cerca de R\$ 1 bilhão de dividendos da petroquímica – assim como Petrobrás, outra acionista da empresa. No total, serão distribuídos R\$ 2,6 bilhões.

"Apesar do minucioso exame do Desembargador relator, entendo que, ao determinar a suspensão da referida assembleia e, em termos práticos, suspender a distribuição de dividendos, cujo montante é expressivo, o Juízo afetou, direta e indiretamente, a economia local e nacional", explicou o presidente do STJ, na decisão.

A Braskem havia entrado com pedido para substituir o bloqueio à distribuição de seus dividendos por um seguro-garantia do mesmo valor – o que foi acatado pelo STJ. Com a decisão, o caminho fica livre para a empresa agendar a assembleia para aprovar os pagamentos.

O bloqueio foi feito por determinação do Tribunal de Justiça de Alagoas no curso do processo que avalia a responsabilidade da Braskem num tremor de terra em Maceió. Para o Ministério Público, a causa do incidente, que afetou diversos bairros da capital alagoana, foi a exploração de jazidas de sal-gema pela Braskem na região.

"A divisão de dividendos agora está destravada. É uma decisão ditada pela grave ameaça à economia nacional gerada pela decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas. São muitas as obrigações de Petrobrás e Odebrecht, com repercussões em bancos e fornecedores", afirmou o advogado Márcio Costa, sócio do escritório Sérgio Bermudes, responsável pela defesa da Braskem no caso. Procuradas, Braskem e Odebrecht não quiseram se pronunciar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/06/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras faz nova alteração na política de preços

Estatul abandona reajustes dos combustíveis a cada 15 dias, adotados em março, e fará correções sem periodicidade definida

A diretoria da Petrobras decidiu acabar com os reajustes nos preços do diesel e da gasolina em suas refinarias a cada 15 dias, três meses depois de adotar essa periodicidade. A nova mudança na política de preços de combustíveis foi informada ontem pela companhia, que também anunciou uma redução de 4,6% no preço médio do diesel em suas unidades de refino, para 2,0664 reais por litro.

Segundo a estatal, os combustíveis serão reajustados agora sem periodicidade definida, de acordo com as "condições de mercado e da análise do ambiente externo, possibilitando à companhia competir de maneira mais eficiente e flexível". O comunicado mantém compromisso com o acompanhamento das variações dos preços internacionais do petróleo, mas não deixa claro como isso será repassado aos distribuidores no mercado interno.

No último dia 1º, a Petrobras já havia reduzido o preço do diesel em 6%, Anteontem, reduziu o da gasolina em 3%, para R\$ 1,7595 na refinaria. Segundo uma fonte, o objetivo da mudança é dar mais flexibilidade à empresa e tentar não criar volatilidade no mercado interno com base na paridade internacional.

ESPECIALISTAS DIVERGEM

A nova mudança na política de preços da Petrobras foi anunciada um dia depois de o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, afirmar que a empresa já fez "o que era possível" para reduzir o impacto da variação internacional da cotação do petróleo sobre os preços dos combustíveis nas refinarias.

— A periodicidade no setor de combustíveis não tem sentido — avalia o especialista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura, para quem a

mudança visa a ajudar o plano da Petrobras de venda de refinarias no âmbito do conceito de um mercado livre.

— Sem periodicidade, conseguimos evitar o que aconteceu recentemente, quando o presidente Jair Bolsonaro pediu para rever o reajuste do diesel.

Já para Edmar Almeida, especialista da UFRJ, a mudança pode aumentar o risco de interferência política: — Sem prazos, os concorrentes ficam com mais incerteza sobre quando a Petrobras fará reajustes, o que pode ser bom para a estatal. Mas, por outro lado, pode abrir espaço para o governo federal interferir e pedir para segurar os preços em determinado momento.

MME / ASCOM .